

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 16\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescido de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância prestes para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País...	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ...	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CHEFIA DO GOVERNO

Assembleia Nacional Popular:

Secretaria-Geral.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Função Pública.

Ministério da Justiça:

Tribunal de Contas.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Contas e balancetes diversos.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

Secretaria-Geral

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 26/86, novamente se publica:

Despacho do Camarada Presidente da Assembleia Nacional Popular:

De 22 de Abril de 1986:

Inês Maria de Sá Correia Tavares, nomeada 3.º oficial, interino, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional Popular, nos termos do artigo 26.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional Popular, conjugado com o artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inserida no capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento privativo da Assembleia Nacional Popular. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Junho de 1986).

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Popular, na Praia, 3 de Julho de 1986. — Pelo Secretário-Geral, João Aquelêu J. B. Amado,

Secretaria de Estado
da Administração Pública

Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 28 de Maio de 1986:

Manuel dos Santos Brito, escrivão de Direito de 3.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 7 de Maio do corrente ano. Continua a desempenhar as funções de secretário no Tribunal Regional de Santa Catarina.

João Borges Tavares, oficial de diligências de 3ª classe, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 9 de Maio de 1986. Continua colocado no Tribunal Sub-Regional do Tarrafal.

Marcelino Vaz, escrivão de Direito de 3.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 9 de Maio do corrente ano. Continua colocado no Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia.

Edmar Rosa da Cruz Rocha, oficial de diligências de 2.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pes-

soal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 12 de Maio de 1986. Continua colocado no Juízo Cível do Tribunal Regional de S. Vicente.

José Delgado Vaz, oficial de diligências de 3.ª classe, de nomeação provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 19 de Maio de 1986. Continua colocado no Juízo Cível do Tribunal Regional da Praia.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de Junho de 1986).

António de Jesus Rocha Semedo, oficial de diligências de 2.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 21 de Maio do corrente ano. Continua colocado no Juízo do Tribunal Regional da Praia. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Junho de 1986).

De 2 de Junho:

Camilo Cabral Carvalho e Arlindo João Delgado, escrivães de Direito de 3.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovidos, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, à classe imediata, com efeitos a partir de 7 de Maio do corrente ano. Continuam em comissão, como secretário da Procuradoria Regional de República da Praia e secretário do Tribunal Regional de Santo Antão, respectivamente.

Guilherme Ernesto Leonor Melo, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, de nomeação provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Regional de Santo Antão — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 28 de Maio de 1986.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de Junho de 1986).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

António da Silva Vieira, condutor-auto de 3.ª classe, de nomeação provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, promovido nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 9 de Abril de 1986 continuando colocada na Procuradoria da República da Região da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Junho de 1986).

António da Silva Vieira, condutor-auto de 3.ª classe, provisório do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação na Procuradoria Regional da Praia — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Julho de 1986).

De 10:

Anastácio Mendes Ferreira, oficial de diligências de 3.ª classe, interino, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz — exonerado a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 15 de Junho de 1986.

José António Martins Tavares, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, interino, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz — exonerado a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir da data em que tomou posse do cargo de oficial de diligências de 3.ª classe interino, com colocação no mesmo Tribunal.

Augusto Alberto Mendes, 4.º ajudante, de nomeação provisória, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado. — nomeado, nos termos do artigo 1.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º ajudante da mesma Direcção-Geral

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Junho de 1986).

José António Martins Tavares — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1986).

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 3 de Junho de 1986:

António Jorge Pinheiro — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial do Instituto de Apoio ao Emigrante, ficando colocado na Delegação do Sal.

Iolanda Maria Lima Évora — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial do Instituto de Apoio ao Emigrante, ficando colocada na Delegação do Sal.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no orçamento do Instituto de Apoio ao Emigrante.

Despacho do Camarada Ministro das Forças Armadas e da Segurança:

De 4 de Junho de 1986:

Arlindo Lopes Ferreira, agente das Forças de Segurança e Ordem Pública, exonerado do referido cargo, a partir da data em que tomar posse do cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe das mesmas Forças.

Arlindo Lopes Ferreira — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, da Direcção dos Serviços Administrativos do Ministério das Forças Armadas e da Segurança.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1986).

De 16:

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º e 19.º da Lei n.º 29/II/83, de 18 de Junho, são designados para desempenhar as funções abaixo indicadas no Tribunal Militar de Instância:

1 — Juízes efectivos:

Major — Renato Lopes Rodrigues.
Capitão — Manuel Pires de Oliveira.

Suplentes:

Capitão — Alberto da Cruz Rocha.
1.º tenente — Emanuel Tavares.

2 — Promotor de Justiça junto do T.M.I.:

Efectivo:

1.º tenente — Nuno Santa Maria Martins Duarte.

Suplente:

1.º tenente — António Carlos Tavares.

3 — Defensor officioso junto do T.M.I.:

Efectivos:

Tenente — Osvaldo Joaquim Silva.

Suplente:

Sub-tenente — Victor Manuel Querido Varela.

4 — Secretário:

2.º sargento — José Luís Silva Moreira.

De 17:

João Varela Teixeira, tenente — designado, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 29/II/83, de 21 de Maio, para desempenhar as funções de Secretário do Supremo Tribunal Militar.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 11 de Junho de 1986:

Rosa Andrade Maurício, 3.º oficial de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, que se encontra na situação de licença registada — prorrogada por mais 6 meses a referida licença, com efeitos a partir de 1 de Junho do corrente ano.

De 27:

Maria Manuela Andrade Alves Graça, técnico superior de 3.ª classe, provisório, do Instituto Nacional de Investigação Agrária do Ministério do Desenvolvimento Rural

e Pescas — promovida, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 1986.

A despesa tem cabimento no subsídio atribuído ao Instituto Nacional de Investigação Agrária código 48 n.º 1. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1986).

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 9 de Abril de 1986:

Laura Mendes de Carvalho — nomeada, nos termos do artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar de Calabaceira.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 11.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 1986).

De 19:

Israel Fernando Silva — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de professor de 4.º nível, 3.ª classe, do liceu «Domingos Ramos».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 26.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Junho de 1986).

De 14 de Maio:

Alfredo Benvindo de Pina, professor de posto escolar contratado, na situação de licença registada — reintegrado nas suas funções, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. —

De 31:

Emília Rodrigues dos Reis Lopes, João José Erito Almeida, Teresa Maria da Cruz, Jorge António Ramos dos Reis, José Fortes Vicente, Domingos Lopes Brito, Maria Alves Rodrigues Cardoso, Manuel Pina Gomes, Cristiano Rodrigues Barbosa da Silva, António Dias Leger, Joaquim Lopes Teixeira, Henrique Ramos Miranda e Manuel João da Graça Moreira, professores do 2.º nível de serviço eventual — contratados para prestação de serviço docente, na categoria de monitores especiais de Educação Física, indo ocupar as vagas existentes na Direcção de Educação Física e Desportos Escolares, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

Os monitores especiais ora nomeados deverão continuar em exercício durante o período de férias (Agosto e Setembro) a fim de colaborarem no plano de actividades para o ano lectivo de 1986/87.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita do capítulo 1.º, divisão 29.ª, código 1.2 do orçamento vigente. —

De 1 de Junho:

Concelho do Porto Novo:

Cândido Henriques Delgado, professor de posto escolar eventual com colocação na Escola n.º 7-B de Mato Estreito — exonerado das referidas funções, a seu pedido.

De 3:

Almerindo José Maria de Jesus, Alexandre Nascimento Pinheiro, David Ramos Pimenta, Francisco José Matos, Francisco Augusto Coelho, João José Lima de Faria, José João José Morais Cota e Marino Hugo da Cruz, habilitados com o curso da Escola Industrial e estágio de preparação específica para o ensino oficial, mestres de oficinas, de serviço eventual, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo — mandados continuar em exercício durante os meses de Agosto e Setembro, (período de férias do ano lectivo de 1984/85), a fim de colaborarem na implantação do novo sistema de ensino.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, código 1.2 do orçamento vigente. —

De 6:

Jaime Francisco dos Santos, professor de posto escolar eventual, com colocação na Escola n.º 25-B de Carrigal — autorizado a trabalhar nos meses de Agosto e Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente: —

De 15:

Nicolau José Soares, professor eventual do 3.º nível, com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar da Ribeira Brava — exonerado a seu pedido, com efeitos a partir de 15 de Junho de 1986.

De 21:

Horácio Gomes de Barros, professor de posto escolar, contratado, na situação de licença registada — prorrogada a referida licença, por mais seis meses, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1986.

Despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 2 de Maio de 1986:

Manuel António Lopes Gomes, habilitado com o Curso do CENFA — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de 1.º oficial, da Direcção-Geral de Administração do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Junho de 1986).

Despacho do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 19 de Junho de 1986:

Hilário Frederico Mendes, electricista de 2.ª classe do Centro de Máquinas e Equipamento do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 12 de Junho de 1986, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra incapacitado definitivamente para o desempenho das suas actividades profissionais».

Despacho do Camarada Ministro da Indústria e Energia:

De 13 de Junho de 1986:

Armindo Gregório Ferreira Júnior, técnico superior de 2.ª classe, definitivo do Instituto Nacional de Investigação Tecnológica — promovido à classe imediata, nos termos do artigo 11.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 12 de Junho de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 383.ª do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 1986).

Despachos do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 9 de Maio de 1986:

Orlando Ilídio Cruz, técnico superior de 1.ª classe da Direcção-Geral das Obras Públicas — punido com a pena do n.º 9 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, demissão por abandono de lugar.

De 16:

Luisa dos Santos de Barros, servente do quadro da Direcção das Oficinas e Equipamentos do Ministério das Obras Públicas — transferida para o quadro da Direcção-Geral das Obras Públicas, por conveniência de serviço.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 23 de Junho de 1986).

De 20 de Junho:

Delfina Spínola, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe da Direcção-Geral da Administração do Ministério das Obras Públicas — exonerada a seu pedido, das referidas funções, a partir da data do seu ingresso no Instituto de Seguros e Previdência Social.

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Plano e da Cooperação:

De 9 de Junho de 1986:

Nuno Alves Duarte Paris, técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Cooperação — promovido, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 4 de Junho de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Junho de 1986).

Despachos do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças.

De 1 de Abril de 1986:

Alcídio Freire Ferreira — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo para exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Finanças, com colocação na Repartição de Finanças de Santa Catarina.

Judith Ramos — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de servente da Direcção-Geral de Finanças, com colocação na Repartição de Finanças da Brava. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 23 de Junho de 1986).

Ana Gregória Brito — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Finanças, ficando colocada na Repartição de Finanças da Boa Vista. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Junho de 1986).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Junho de 1986).

Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Secretario de Estado da Administração Pública:

De 1 de Julho de 1986:

Elsa Ernestina Gomes Monteiro Leite, professora de 3.º nível, de 2.ª classe, da Escola Preparatória da Praia — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 6 de Outubro de 1969 a 30 de Junho de 1970	—	8	25
De 1 de Dezembro de 1975 a 28 de Fevereiro de 1986	10	5	28
Total	11	2	23

Eduíno Cunha Lopes Afonso, professor de posto escolar, contratado, desempenhando as funções de secretário da Inspeção Escolar — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 6 de Outubro de 1974 a 31 de Maio de 1975	—	7	26
De 27 de Novembro de 1975 a 5 de Setembro de 1976	—	9	19
De 29 de Outubro de 1976 a 5 de Agosto de 1977	—	9	17
De 4 de Outubro de 1977 a 31 de 1 e dezembro de 1985	8	2	23
Total	10	6	-

Abílio de Barros, agente de 1.ª classe, da Polícia Económica e Fiscal, da Direcção-Geral das Alfândegas — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
A Administração Colonial Portuguesa:			
De 24 de Abril de 1945 a 4 de Julho de 1975	30	2	11
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	7	—	2
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Agosto de 1985	10	1	27
Total	47	4	10

Despacho do Camarada Secretário-Geral, por delegação do Camarada Ministro da Educação:

De 20 de Junho de 1986: —

Alia da Conceição Lopes dos Santos, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe do quadro auxiliar do Ministério da Educação — concedidos mais (30) trinta dias de licença registada, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1986.

Despacho do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 30 de Junho de 1986:

Maria Teresa Barros Monteiro Lopes, animadora social da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 19 de Junho de 1986, que é do seguinte teor:

«Apresentada». Apta a retomar as suas actividades profissionais.

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 10 de Junho de 1986:

Augusto Bernardino Fortes Pinheiro, mecânico principal do Secretariado Administrativo de S. Vicente — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 5 de Junho de 1986, que é do seguinte teor:

«Estão justificadas as faltas dadas até à presente data. Apto para retomar o trabalho».

De 16:

Ivone Fortes Nascimento, professor do Ensino Básico Elemental — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 12 de Junho de 1986, que é do seguinte teor:

«Que lhe sejam justificadas as faltas dadas até a presente data. Encontra-se apta a retomar o serviço».

Lista provisória de classificação dos candidatos ao concurso de despachantes oficiais das Alfândegas da Praia e do Mindelo, a que se refere o aviso inserto no *Boletim Oficial* n.º 5/85, de 2 de Fevereiro, homologada por despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças de 11 de Junho de 1986:

Para a Alfândega da Praia:

	Média de classificação no concurso de habilitações	
1.º — Octávio Ulisses dos A. B. Pinto ...	16,55	— Bom
2.º — Orlando Gonçalves Fidalgo ...	15,20	— Bom
3.º — Elisio Aires de Sousa Carvalho ...	15,91	— Bom
4.º — Armindo Mendes de Oliveira ...	13,91	— Regular

Para a Alfândega do Mindelo:

Francisco Marcos da Cruz 11,05 — Regular

Nota: — Da presente lista cabe recurso na prazo de 20 dias para reclamação, de harmonia com a alínea e) do artigo 17.º do Estatuto do Funcionalismo em vigor.

Direcção-Geral da Função Pública na Praia, 3 de Julho de 1986. — Pelo o Director-Geral, *José Jorge Lisboa da Costa Santos*, Director de 2.ª classe.

—o—
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Tribunal de Contas

Extractos de Acórdão:

Relator: — Exm.º Juiz-Presidente, Dr. António Manuel Mascarenhas Gomes Monteiro.

Processo n.º 7/86:

Secretariado Administrativo do Concelho de Santa Cruz, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1985, julgada quite por douto Acórdão de 28 de Junho de 1986, com a receita de 15 388 026\$43, a despesa de 14 414 239\$00 e o saldo de 973 787\$43, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 8/86:

Secretariado Administrativo do Concelho da Boa Vista, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1985, julgada quite por douto Acórdão de 28 de Junho de 1986, com a receita de 5 631 113\$70, a despesa de 5 222 038\$20 e o saldo de 409 075\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Secretaria do Tribunal de Contas, na Praia, 2 de Julho de 1986. — O escrivão de direito de 3.ª classe, *Danielson Carlos Nazoline de Macedo Amado*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Função Pública

ANÚNCIO DE CONCURSO

De conformidade com o despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, de 7 de Maio e pelo prazo de 30 dias, se encontra aberto concurso de promoção a nível de 2.º oficiais, para preenchimento de vagas existentes na Direcção-Geral de Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, sendo opositores obrigatórios, os 3.ºs oficiais provisórios abaixo indicados da mesma Direcção-Geral.

Hermínio Monteiro Lopes;
Mário Augusto Ramos Tavares.

O programa do concurso é o que a seguir se indica:

- a) Conhecimento Geral do Estatuto do Funcionalismo Público e legislação sobre Função Pública;
- b) Noções gerais de Contabilidade Pública e classificação orçamental;
- c) Redacção de um tema;
- d) Programa e Estatuto do PAICV;
- e) Divisão Administrativa, Geografia e História de Cabo Verde;
- f) Noções da Lei de Base da Reforma Agrária;
- g) Disciplina e cumprimento de ordens, deveres e direito dos funcionários, regimes de falta e de licença, termos de provimento, situação dos funcionários, correspondências, expediente e arquivo;
- h) Processamento de vencimentos, ajudas de custo e horas extraordinárias.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 26 de Junho de 1986. — O substituto do Director-Geral, *José Jorge Lisboa da Costa Santos*, Director de 2.ª classe.

— o —
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados o dono, consignatários ou demais interessados, a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 pacote, conteúdo ignorado, com a marca Ronualdo Cardoso; 1 cartão com fogão, c/m 137/80, marca Domingos Almeida; 2 grades de conteúdo ignorado, c/m 151/80, marca José Esteves; 1 saquinho de conteúdo ignorado, c/m fiscal n.º 26/81, marca Joana Ana da Rosa; 1 cartão de conteúdo ignorado, c/m fiscal n.º 73/81, marca Maria Monteiro; 2 cartões de conteúdo ignorado, contramarca fiscal 92/81, marca Famosia Correia; 1 cartão de conteúdo ignorado, c/m fiscal 106/81, marca Domingos Tavares; 2 maletas de conteúdos ignorados, c/m 117/81, marca Silvino Sena Monteiro; 1 volume pára-brisas, c/m fiscal 46/82, marca I.V.V.; 1 pacote de conteúdo ignorado, marca Duarte & Neves; 1 cartão de conteúdo ignorado, marca Agnelo Duarte; 1 bolsa preta de plástico de conteúdo ignorado, sem marca; 1 pacote, conteúdo ignorado, marca Pedro Burgo; 1 fogão a gás, sem marca; 1 bolsa, conteúdo ignorado, marca Marcela Remos; 1

bolsa de conteúdo ignorado, marca Orlanda; 1 bolsa de conteúdo ignorado, marca Tuja, objecto do processo administrativo n.º 14/86.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 23 de Junho de 1986. — O Director,
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(240)

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, é por este meio notificado João Silva, na qualidade de consignatário a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 pacote de conteúdo ignorado, vindo de Lisboa, no n/m «Independência», entrado neste porto em 6 de Maio de 1982, sob a c/m fiscal n.º 54/82, constante da lista de pequenas encomendas, objectos do processo administrativo n.º 15/86.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 23 de Junho de 1986. — O Director,
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(241)

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, é por este meio notificado Mateus da Graça, na qualidade de consignatário a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 saco de conteúdo ignorado, vindo de Lisboa, no navio a motor «Boavista», entrado neste porto em 8 de Julho de 1982, sob a c/m fiscal n.º 80/82, constante da lista de pequenas encomendas, objecto do processo administrativo n.º 16/86.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 23 de Junho de 1986. — O Director,
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(242)

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, é por este meio notificado Manuel de Celina, na qualidade de consignatário a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 pacote de conteúdo ignorado, vindo de Lisboa, no navio a motor «Independência», entrado neste porto em 8 de Setembro de 1982, sob a c/m fiscal n.º 103/82, constante da lista de pequenas encomendas, objecto do processo administrativo n.º 17/86.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 23 de Junho de 1986. — O Director,
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(243)

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, é por este meio notificado Jorge Alfama, na qualidade de consignatário a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

1 embrulho conteúdo ignorado, entrado neste porto em 7 de Agosto de 1983, sob a c/m fiscal n.º 78/83, vindo de Lisboa no navio a motor «Brava», constante da lista de pequenas encomendas, objecto do processo administrativo n.º 20/86.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 23 de Junho de 1986. — O Director,
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(244)

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, é por este meio notificado Fernando Mendes Furtado, na qualidade de consignatário a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 atado com cama e colchão, vindos de Lisboa, no navio a motor «Margriet Danielson», entrado neste porto em 28 de Março de 1981, sob a c/m fiscal n.º 32 81, constante do conhecimento de embarque n.º 42, de Lisboa, objecto do processo administrativo n.º 21/86.

E, para constar e devidos efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 23 de Junho de 1986. — O Director,
Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(245)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

EXTRACTO

Jorge Rodrigues Pires, Notário do Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, República de Cabo Verde:

Certifico que, neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas n.º 37/A, de folhas vinte e dois a vinte e três, verso, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia quatro de Junho de mil novecentos e oitenta e seis, a qual Joaquim Afonso Semdo, casado sob o regime de comunhão geral de bens com Isaura Sanches Semedo, funcionário, aposentado, residente nesta cidade, se declara, com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio urbano rés-do-chão, moradia, situado na rua Almirante Reis, coberto de telha de Barro, rebocado e caiado dentro e fora, com dois compartimentos térreos e quintal calcetado, que confronta: Norte, com Paula Lopes, Sul com herdeiros do Doutor Honório Costa, Leste com a rua Almirante Reis e Oeste com Pedro dos Reis Silva, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número trezentos e noventa e cinco, com o rendimento colectável de oitocentos e sessenta e quatro escudos e o valor matricial de dezassete mil duzentos e oitenta escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos desta Região, conforme certidão negatva lá passada.

O Justificante alega na referida escritura que o dito prédio veio à posse dele por herança deixada pela sua mãe Margarida Semedo Tavares.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título, escrito vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos trinta dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e oitenta e seis. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Artigo 18.º 1 e 2	70\$00
C. G. J. (10%)	7\$00
Taxa de Reembolso	3\$00
Selos	45\$00

125\$00

(São: Cento e vinte e cinco escudos. — Conf. por *A. Coelho*. Registrado sob o número 3763/86.

(246)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Comissão Liquidatária da Empresa
das Águas da Cidade do Mindelo

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

(2.ª publicação)

Nos termos legais, são convocados os senhores accionistas (Quinhoeiros) a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de Julho próximo futuro, pelas 16 horas, na sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento, nesta cidade do Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação das contas de gerência da comissão liquidatária (prestação de contas).
2. Diversos.

No caso de a assembleia não poder, por qualquer eventualidade, ser realizada na data fixada, fica a mesma reunião desde já convocada para o dia 1 de Agosto, na hora e local acima referidos.

Mindelo, 24 de Junho de 1986. — Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Pedro Alcântara Andrade Monteiro*.

Segue-se o reconhecimento.

(247)

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controle de Câmbios

Praia (Santiago)

Cotações de Câmbios

Em 4/7/76

N.º 113/86

Prças	Divisas	Compras	Vendas
Londres	1 Libra	123\$17	124\$64
Lisboa	100 Escudos	53\$78	54\$43
Nova Iorque	1 Dólar	79\$83	80\$44
Amsterdão	100 Florim	3 257\$94	3 296\$22
Bruxelas	100 Fr. Comen	179\$23	181\$33
Bruxelas	100 Fr. Finan	166\$45	169\$49
Copenhague	100 Coroa	957\$78	999\$49
Estocolmo... ..	100 Coroa	1 126\$33	1 139\$88
Frankfort (R.F.A.).	100 Deut Mar	3 668\$75	3 711\$83
Helsinquia	100 Markka	1 572\$57	1 591\$26
Oslo	100 Coroa	1 070\$91	1 083\$91
Otava... ..	1 Dólar	57\$90	58\$38
Paris	100 Franco	1 149\$79	1 161\$25
Petrória	1 Rand	31\$50	31\$85
Roma	100 Lira	5\$346	5\$410
Tóquio... ..	100 Iene	49\$30	49\$87
Viena... ..	100 Xelim	521\$89	528\$02
Zurique	100 Franco	4 511\$11	4 563\$97
Madrid	100 Peseta	57\$51	58\$20
Dakar... ..	100 CFA	22\$995	23\$225
Un/conta CEE... ..	1 ECU	78\$39	79\$33
«Clearings»:			
Bissau	100 Peso	—	—

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controle de Câmbios, na Praia, 4 de Julho de 1986. — Pela Direcção, *Antão Lopes da Luz*.